



Vol. 5 nº 9 jan/jun 2010
p. 253-266

AS APARÊNCIAS ENGANAM: A PRETEXTO DE UMA CRÍTICA RADICAL SOBRE O IDEÁRIO INCLUSIVISTA

Giovani Ferreira Bezerra¹
(UEMS)

Doracina Aparecida de Castro Araujo²
(UEMS)

Resumo: O presente ensaio tem como objetivo discutir de forma crítica a proposta oficial da Educação Inclusiva no cenário pedagógico brasileiro, situando-a no contexto mais amplo das tentativas burguesas de manutenção e reprodução da sociedade capitalista neoliberal. Para tanto, denuncia-se a incoerência e a insustentabilidade de um discurso inclusivista forjado no interior de um modelo social excludente e classista. Como um contraponto a esse modelo, sugere-se a luta pela superação da própria sociedade capitalista, juntamente com a busca de novos referenciais pedagógicos para nossas escolas, a tal ponto que as discussões no meio educacional não recaiam apenas em torno do debate inclusão x exclusão de alunos com deficiências, mas se possibilite a todos, de forma indistinta, o reconhecimento de seus direitos e a apropriação do saber elaborado.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Ideologia Burguesa. Marxismo.

APPEARANCES ARE DECEPTIVE:
BY THE WAY OF A RADICAL CRITIQUE ABOUT THE INCLUDING IDEAL

Abstract: The present essay has as objective to argue of critical form the official proposal of the Inclusive Education in the Brazilian pedagogical scene, pointing out it in the amplest context of the bourgeois attempts of maintenance and reproduction of the neoliberal capitalist society. For in such a way, it is denounced the incoherence and the unsustainability of a discourse forged within a excluding and class representative social model. As a counterpoint to this model, it is suggested the fight for the overcoming of the proper capitalist society, together with the search for new pedagogical references for our schools, in such a way that the discussions in the educational environment do not fall again only around the debate inclusion x exclusion of pupils with deficiencies, but be possible to all, of indistinct form, the recognition of its rights and the appropriation of elaborated knowledge.

Keywords: Inclusive Education; Bourgeois Ideology; Marxism.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Escolar Inclusiva, que apregoa o livre e irrestrito acesso e permanência de alunos com deficiências (auditiva, física, intelectual, visual e múltipla) na escola regular, vem se firmando em nosso país, especificamente no meio pedagógico, como prática educacional legalmente autorizada e, sobretudo, como *ideologia*. Legitimam-na uma série de convenções e tratados internacionais, ratificados em leis, decretos e resoluções nacionais. Os educadores que não concordam com as novas diretrizes do Ministério da Educação são silenciados, pois não é politicamente correto questionar a Inclusão de pessoas com deficiência nas escolas e, aos poucos, em maior ou menor grau, acabam também introjetando o discurso oficial, aceitando-o como o único verdadeiro e legítimo, se bem que de maneira bastante contraditória. Assim, parece-nos que, na condução desse atual processo de inclusão escolar, só é válida a decisão do governo, tomada à revelia dos educadores e implantada de forma unilateral, por força de decretos, não da discussão coletiva entre os diversos agentes envolvidos.

Tal postura soa tão autoritária quanto antidialética, impedindo o exercício vigoroso da crítica, da constante revisão histórica, axiológica e teleológica do tema. Como sabemos de longa data, nada há de imutável, neutro e desinteressado em qualquer campo da atividade humana, inclusive e talvez de modo ainda mais perigoso na Educação. Por isso, acreditamos que é hora de empreender uma crítica radical à proposta oficial da Educação Inclusiva, não para rejeitá-la terminantemente, posto que, de fato, representou e representará ainda por muito tempo um grande avanço no cenário político e educacional brasileiro, pois tem contribuído, mesmo a contragosto de algumas camadas sociais dominantes, para a emergência de fundamentos concretos que sinalizam para uma sociedade mais justa, igualitária e ética, comprometida com a afirmação do direito humano inalienável que qualquer cidadão tem de ser educado numa instituição escolar não-segredada das demais e ao lado de indivíduos da sua geração e da sua comunidade.

Nossa intenção neste ensaio passa por outros caminhos. Queremos, na verdade, perceber e desvelar algumas contradições internas do fenômeno “Inclusão”, explicitando alguns interesses escusos que impregnam de modo nefasto o ideário da “Educação Inclusiva”, bem como alguns discursos que acompanham e dão sustentação ideológica a esse *ideário*. O desejo de empreender tarefa de tamanha complexidade e risco, uma vez que sabemos o quanto poderemos ser mal-interpretados e acusados de preconceituosos, quando o oposto é verdadeiro, advém de nossa própria trajetória intelectual e de nossa atuação acadêmica. Faz tempo que temos dedicado ao estudo da Educação Inclusiva, abordando várias de suas dimensões: legal, institucional e psicopedagógica. Durante todo esse período, porém, acabamos relegando pouca atenção aos aspectos políticos e sociológicos da questão, principalmente em virtude das necessidades que tínhamos de orientar os professores, no momento inicial da implantação dessa proposta pelo Ministério da Educação, quanto às (re)formulações pedagógicas mais urgentes, nos cursos de formação

continuada e em palestras que ministrávamos.

Agora, depois de muita reflexão e maturidade teórica, finalmente temos consciência de que já não basta apenas insistir numa reformulação da práxis pedagógica em si mesma, se a dimensão sócio-política é negligenciada nesse processo. A educação e suas *mudanças* não estão isentas das contradições sociais e econômicas que perpassam nossa sociedade inteira, como já demonstrou Saviani (2003a) outrora. Assim, firmadas essas convicções, tomamos coragem para escrever este ensaio, na esperança de sanar nossas falhas anteriores, superando posições ingênuas que, às vezes, os determinantes externos nos fizeram defender. Por outro lado, esperamos ainda contribuir para suscitar um debate mais realista, livre e desalienado entre os educadores e mesmo entre os pares da Academia acerca do que chamamos de ideário da inclusão escolar, a fim de que o romantismo ingênuo ou o negativismo conformista cedam lugar a um criticismo bem fundamentado e combativo desse ideário, com a conseqüente busca por um novo modelo de escola e sociedade, inclusivo já na essência e não somente na aparência. Ao fazer isso, desejamos que o leitor não se assuste com nosso tom às vezes radical e polêmico, nem nos julgue por antecipação, mas tenha sempre em mente, durante a sua leitura, estas palavras de Karl Marx (s.d.), segundo as quais: “A crítica arrancou as flores imaginárias que enfeitavam as cadeias, não para que o homem use as cadeias sem qualquer fantasia ou consolação, mas para que se liberte das cadeias e apanhe a flor viva”.

2. EM BUSCA DA FLOR VIVA

Inicialmente, nossa crítica deve se iniciar pela explicitação da base estrutural em torno da qual se edifica o ideário contemporâneo da Inclusão Escolar de alunos com deficiências físicas e intelectuais. Nesse ponto, cabe então perguntar: A partir de que modelo de sociedade, de governo e de produção material se construiu e se reproduz cotidianamente tal ideário? A resposta é tão óbvia quanto decisiva para compreendermos rigorosamente o problema que lançamos: a educação inclusiva está condicionada e comprometida por uma base social e produtiva de orientação capitalista, em sua variante neoliberal. É nesse contexto que se proclama, tão paradoxalmente, o direito de todos à frequência em uma escola comum, com o fim de salas e escolas especiais. Ora, como é absurdo supor tamanha generosidade e *humanidade* sob a égide do capitalismo, uma nova pergunta, não menos importante, passa a dominar a cena: Quem proclama afinal de contas a Educação Inclusiva e por que o faz? A quem pertence, na gênese, a autoria desse discurso supostamente abnegado, humanista e solidário para com aqueles que outrora eram banidos da mesma sociedade que agora os acolhe tão gentilmente em seus espaços coletivos, como as escolas comuns?

A origem desse discurso, infelizmente, não repousa nas mãos dos educadores,

nem remete a nenhuma luta organizada dos pais para reivindicar o direito de matricular seus filhos com deficiência na escola regular. Antes, origina-se da própria burguesia, representada por instituições *sob suspeição ideológica* como a Organização das Nações Unidas (ONU) e sua miniatura criada especialmente para *cuidar* da Educação, Ciência e Cultura, a famosa UNESCO, ao lado do Banco Mundial, braço financeiro desses organismos internacionais. Por intermédio de pressões políticas e financeiras, tais instituições, obedecendo a interesses escusos, conseguiram impor sua vontade a países menos desenvolvidos, como o Brasil, onde uma forte burguesia local também atua engenhosamente, impedindo o florescimento de qualquer crítica contrária ao neoliberalismo, aqui disfarçado de Humanismo tardio e de assistencialismo benevolente. Nesse cenário, a Educação Inclusiva passou a se tornar, entre nós, um dogma inquestionável, um ideal nobre a ser perseguido e uma oportunidade única para “aprendermos com a diferença”. Na linguagem utópica e romântica do Relatório Jacques Delors (2001), poderíamos dizer que a Inclusão é uma chance de *aprendermos a aprender, de aprendermos a ser e de aprendermos a viver junto com o outro*. Nessa direção ideológica, não faltam folhetins, cartilhas e propagandas do nosso Ministério da Educação para reforçar a mensagem da “Boa Nova” e da redenção humana, com a entrada de crianças com deficiência nas

O real interesse de tudo isso, entretanto, é lamentável e cercado da mais infame vilania, capaz de causar surpresa mesmo a um pensador marxista experiente. Em primeiro lugar, devemos considerar que a Burguesia internacional, com seus organismos poderosos para manter e disseminar a ideologia neoliberal em todo o mundo, e a burguesia local, desejosa de cultivar a alienação do povo brasileiro no mais alto grau, para escamotear suas práticas corruptas e seu enriquecimento crescente, sufocando assim as lutas de classes objetivamente existentes em nosso país, tomaram a Educação Inclusiva como uma *tábua de salvação*. Para comprovarmos essa tese, basta lembrarmos que, nos anos 90, o Capitalismo começou a agonizar, dando sinais de um colapso financeiro, que finalmente eclodiu de seu ovo dourado nos últimos anos da primeira década deste século.

As contradições entre ricos e pobres, sempre em nível ascendente, passaram a ser denunciadas com mais vigor, pelo avanço dos meios de comunicação e pelas manifestações populares. Além disso, a questão ambiental, tomando proporções dramáticas, lançou sérias dúvidas sobre a permanência do regime capitalista no mundo, de forma que não foi possível impedir a população de tomar consciência, ainda que de modo confuso, acerca das mazelas e horrores inerentes à acumulação capitalista. Era preciso, pois, um contra-ataque com forte apelo humanista, capaz de desfazer essa imagem brutal e angustiante, estopim para ações revolucionárias, ao mesmo tempo em que se mudasse completamente o foco da atenção pública. Buscar uma estratégia dessa natureza não é fruto de nossa imaginação delirante, como talvez algum leitor possa suspeitar, mas prática corriqueira daqueles que se apropriaram do poder e do Capital. Segundo Newton Duarte:

Para que as condições de miserabilidade que atingem enormes contingentes da

população mundial não produzam reações violentas da parte desses contingentes, seja na forma de insurreições organizadas, seja na forma de gigantesco aumento da criminalidade, comprometendo assim a relativa estabilidade política e econômica necessária a reprodução do capital, são acionados [pelas classes dominantes] vários tipos de agências sociais voltadas para a difusão e conhecimentos elementares que produzam determinadas atitudes imediatas no cotidiano dos indivíduos, atitudes essas que se traduzam em amenização, a baixo custo, de problemas sociais gerados pela miséria (2001, p. 06).

O discurso da Educação Inclusiva, acompanhado sem dúvida por outras estratégias de manipulação ideológica que não temos como abordar neste ensaio por excederem às nossas possibilidades teóricas e ao nosso programa de pesquisa, veio justamente para amenizar e *humanizar* o Capitalismo nesse cenário de crise, barbárie e negação de direitos, voltando o interesse das pessoas e instituições para o problema da inclusão de alunos com deficiências na vida social mais ampla mais possível, com pomposo destaque para a esfera *escolar*, o que se entende facilmente, pois “[...] no contexto da luta atualmente travada pelo capitalismo para sua perpetuação [...] o discurso sobre a educação ocupa um lugar cada vez mais destacado no plano ideológico” (DUARTE, 2001, p. 46).

Dessa maneira, a realidade pôde ser escamoteada, escondida e nós passamos a ter a impressão de lutar por um mundo melhor, pela participação todos na vida coletiva, sem nenhuma forma de exclusão e preconceitos. Os conflitos de classe foram anestesiados e a essência do sistema foi preservada, perpetuando-se a apropriação do capital pelos burgueses *piadosos*. Nada mais desprezível! Em vez de se permitir que as pessoas com deficiência fossem à luta pelo reconhecimento de seus direitos, estes repentinamente lhes bateram à porta. Assim, não se dava margem a nenhum protesto ou gemido social, *inimigo da ordem e do progresso*, e a burguesia, mais uma vez, saía na dianteira, lançando mão de um discurso pseudo-transformador. As palavras de Saviani ilustram bem o nosso raciocínio. Segundo o autor:

[...] aquilo que efetivamente teme a classe dominante e a concretização do compromisso político transformador. O discurso da transformação não só não é temido como tende a ser apropriado pela classe dominante. Aliás, nós sabemos que ela própria procura tomar a iniciativa de formulação de um discurso transformador como mecanismo de manutenção/recomposição de hegemonia (2003b, p. 52).

Graças a essa estratégia eficaz e de baixo custo, como menciona Duarte (2001) acima, deflagrada pelo dominador na forma ilusória de discurso *transformador*, na expressão de Saviani (2003b), nossos olhos se turvaram para a miséria material e cultural que nos rodeia sempre e, de uma hora para outra, estávamos todos contagiados e embriagados por esse ideal da Inclusão, travestido em modismo, lutando firmemente para sua realização e acreditando que, se ele não era de todo possível nas nossas circunstâncias concretas, era a mais nobre meta da Educação,

inquestionável pela beleza de seus argumentos. Monstruosos aqueles que o repelisses ou sequer o questionassem! Para estes, a condenação pública seria implacável. Os mecanismos acionados pelas classes dominantes conseguiram, então, manipular-nos e forjaram, se nos permitem aqui a retomada de um trecho da citação de Duarte (2001, p. 06), “[...] atitudes imediatas no cotidiano dos indivíduos [...]”, isto é, atitudes de fingida aceitação incondicional das pessoas com deficiência, porque “ser diferente é normal”, ao menos no plano do discurso³, porque, na prática, pouco se pode falar de inclusão escolar.

Basta um olhar atento para percebermos que a escola regular, em pouco tempo, tem se transformado em um novo “depósito” de alunos com deficiência, pelo fato inegável de que, sem consultar os educadores e avaliar suas reais possibilidades de trabalho com esses alunos, o governo os forçou a aderir a uma proposta político-educacional da qual pouco sabiam no início e para a qual não haviam sido preparados quando no período de sua formação acadêmica. Os cursos de formação continuada e os manuais lançados ou apoiados pelo Ministério da Educação, na tentativa de suprir tal lacuna na trajetória formativa dos professores, mostraram-se praticamente inócuos, como agora se percebe.

Os motivos para essa falência são vários e podemos elencar os principais, como a ausência de uma base teórica bem explicitada e bem fundamentada para direcionar a implantação da “escola inclusiva”, tanto do ponto de vista psicopedagógico quanto filosófico (na verdade observa-se um ecletismo teórico alienante nos manuais do programa *Educação Inclusiva: Direito à Diversidade*⁴), o envolvimento “forçado” dos professores e coordenadores pedagógicos, posto que não tinham outra alternativa, a participação reduzida das famílias nas discussões, o insignificante intercâmbio entre ex-professores de escolas especiais e professores das escolas regulares para replanejamento das estratégias pedagógicas, o desconhecimento de boa parte dos educadores sobre o que realmente seja o *Atendimento Educacional Especializado* e quais suas atribuições, haja vista que a regulamentação deste só ocorreu tardiamente em 2008 pelo Decreto 6.571/08 (BRASIL, 2008), depois de várias interpretações equivocadas a seu respeito, e, por último, a permanência de uma base social preconceituosa, atrelada às relações interpessoais excludentes geradas pela engrenagem capitalista.

O resultado catastrófico de tantos desencontros pode ser visto na existência polarizada de dois discursos contraditórios no cotidiano escolar, que temos identificado como sintomático em nossa atuação junto ao professores⁵. De um lado, colocam-se aqueles que são totalmente contrários ao ideário da Inclusão, acreditando ser impossível uma escola inclusiva nos termos defendidos pelo poder instituído. No entanto, dificilmente ultrapassam a crítica pela crítica e sua única forma de resistência é ignorar os alunos com deficiência na sala de aula, deixando-os a cargo de monitores, enviando-os para a sala de recursos sempre que possível ou fingindo desconhecer suas necessidades particulares. Para não entrar em choque direto com as recomendações e normas legais, costumam usar um *discurso politicamente correto*, mas suspeito. Afirmam que todos os alunos são *iguais*, não fazem distinção nenhuma

entre eles e que nem percebem quando o aluno tem uma deficiência. É a atitude de naturalizar a deficiência, que, assim, não é mais percebida. A consequência desse discurso é malévola para os alunos com deficiência, pois os professores que se usam desses argumentos o fazem justamente para não sair do comodismo habitual e legitimar a *exclusão na inclusão* escolar. Não enxergar a deficiência na sala de aula equivale a não revisar as práticas de ensino tradicionais, a não se perguntar sobre as particularidades de ensino-aprendizagem daqueles alunos e, conseqüentemente, não por em discussão o modelo anacrônico de escola em que vivemos e supostamente educamos. Dessa forma, é óbvio que os alunos com alguma deficiência, sobretudo aquela de natureza intelectual, ficam na escola regular a ver navios, impossibilitados de aprender os conteúdos curriculares, pois muitas vezes necessitam mesmo de outras abordagens didáticas. Vão passando de série em série sem levar nada ou quase nada da escola regular, esquecidos em um canto da sala, se *socializando*, diriam alguns professores dessa vertente.

O outro discurso que identificamos se opõe ao primeiro, na medida em que se caracteriza pelo reconhecimento explícito pelos professores das deficiências. Tal reconhecimento, contudo, ocorre de forma equivocada e ingênua, marcado por um sentimento de *piedade cristã*. Tem sido comum ouvirmos educadores falando que para a inclusão se efetivar é necessário *amor* incondicional, aceitação e carinhos extra-humanos. Esses educadores adoram mensagens motivacionais, choram ao ver as conquistas e depoimentos de pessoas com limitações, transformando a inclusão escolar num problema de ordem subjetiva, dependente da sensibilidade dos educadores para acolher o *diferente!* Na prática, na maioria das vezes, esse discurso legitima também, a seu modo, formas de *exclusão* no interior da *escola para todos*. Segundo essa concepção, se os alunos têm uma deficiência, se eles são diferentes, eles podem fazer atividades distintas dos demais colegas, mais fáceis e simplificadas, do “jeitinho deles”, sem cobrança nenhuma, pois são limitados na aprendizagem.

Não há muito o que fazer da parte do professor, senão respeitá-los em seu próprio ritmo de aprendizagem, esperando um milagre divino, elogiar sempre as *garatujas* rabiscadas nos cadernos, dizer que a atividade está correta, mesmo que não seja verdade, para estimulá-los, e valorizar seu esforço, afinal trata-se de alunos *especiais, deficientes* e *qualquer* coisa é um progresso! Assim, a deficiência é reconhecida, mas o direito do aluno com deficiência de aprender o mesmo conteúdo que os demais, de se apropriar do conhecimento humano nas suas formas mais elaboradas, é cerceado. Nesse caso, falta ao educador a consciência de que deve empregar todos os meios e recursos possíveis para que também esse aluno aprenda e compreenda o conteúdo curricular a ser ministrado para toda a classe. Afinal, como podemos falar em inclusão, quando se dá mais a uns e menos a outros, quando alguns são considerados aptos e outros inaptos já no ponto de partida? Eis mais uma clara evidência da lógica capitalista infiltrada no movimento inclusivista.

Para a classe dominante, nada mais conveniente do que a permanência desses dois discursos, ambos excludentes e reprodutores do imobilismo social, econômico

e pedagógico, a tal ponto que ela mesma os elabora, como já mostramos. Logo, não nos parece justo culpar diretamente os professores por tal situação, vítimas de uma farsa mesquinha. O discurso que acreditam ser seu é na realidade fruto da inculcação ideológica, que se usa dos artifícios mais ambíguos para impedir a emergência de um projeto de sociedade e de escola deveras inclusivo, não-classista e não-alienado.

Como diz Saviani, “[...] se o discurso relativo a um compromisso político transformador pode ser tolerado [como a burguesia tem feito, em nossa opinião, quanto ao discurso da Educação Inclusiva], as tentativas de concretizar tal compromisso são combatidas das mais diferentes formas” (2003b, p. 52), como a conivência velada dos *poderosos* a tais concepções errôneas e deturpadas de Inclusão Escolar. Todavia, por que afirmamos isso com tanta certeza e até mesmo tanta revolta, poderão se perguntar os leitores? Pela simples razão de que quanto mais se agudizam as contradições e lutas escolares em torno do ideário da Inclusão, quanto mais se pensa e se discute o assunto de *maneira alienada e confusa nos meios educacionais*, mais os educadores perdem de vista seu objetivo principal: transmitir (não temamos o verbo!) a todos os alunos, *sem exceção*, o saber historicamente produzido e acumulado, valendo-se de uma mediação pedagógica bem planejada, competente, teoricamente sustentada e, por isso mesmo, capaz de atingir e envolver a *totalidade* dos educandos, ainda que em diferentes intensidades e níveis de entendimento por parte destes, seres singulares com toda certeza. Em decorrência desses fatos, resulta boa parte do esvaziamento pedagógico em que têm caído nossas escolas nos últimos anos, esvaziamento essencial à perpetuação das classes hegemônicas no poder e à reprodução da ordem econômica vigente.

Podemos fazer aqui uma oportuna comparação entre o ideário da Escola Nova e o ideário da Inclusão nos mesmos termos de Saviani (2003a), ou seja, assim como o Escolanovismo aparentemente representava um processo revolucionário e democrático no cenário educacional, defendendo uma pretensa equalização de oportunidades culturais às massas, quando na realidade buscava fragilizar e cercear a escola pública em sua função precípua de apresentar aos educandos o conhecimento cientificamente elaborado de forma crítica e não-alienada, também o atual movimento *inclusivista*, nos moldes em que este tem se descortinado em nosso país, aparenta ser uma Revolução Pedagógica grandiosa, pautada nos princípios mais honrosos e igualitaristas, sendo que, em sua essência, intenta justamente nos fazer olvidar as injustiças do Capitalismo, a exclusão a que outras centenas de pessoas são diariamente submetidas por motivos que não uma deficiência e a própria descaracterização da escola, que, não sabendo mais o que fazer com tantas mudanças, nem que ponto de vista assumir, em nada muda seu formato excludente ou, pior ainda, acentua-o, deixando de lado seu compromisso de socializar o saber sistematizado a quaisquer educandos (SAVIANI, 2003b), convertendo-se lamentavelmente em um simples local para “socialização” ou, quem sabe, para “recreação”. Dessa forma, podemos falar, a respeito da Educação Inclusiva, em uma artimanha reacionária, mas jamais em um projeto revolucionário, na mesma

proporção que assim o fora a Escola Nova e ainda o é o lema das Pedagogias do *aprender a aprender*, conforme a denúncia de Duarte (2001)

Ora, se inquietará o leitor, estaríamos assim defendendo uma posição preconceituosa e antilegalista neste texto, contrária aos direitos das pessoas com deficiência, especialmente no que concerne a seu direito de acesso e permanência na escola regular, depois de anos de isolamento em instituições e classes especiais, depois de anos de impiedosa exclusão a que foram submetidas? Por certo que NÃO! Tomando de empréstimo algumas palavras de Newton Duarte e atribuindo-lhes um sentido mais específico do que lhes confere o autor:

É claro que não podemos deixar de também defender princípios morais como o da aceitação do outro e o da aceitação da diferença. Entretanto, não é isso que está em jogo, mas sim o fato de que o princípio da aceitação da diferença esteja sendo usado para legitimação de uma sociedade desigual, injusta, exploradora e excludente (DUARTE, 2001, p. 50).

Dessa perspectiva, não queremos, em momento algum, passar a falsa ideia de que sejamos adversários da Educação Inclusiva. Antes, temos lutado de forma intransigente para sua concretização, por meio de nossos estudos, pesquisas e projetos voltados para formação continuada de professores. Negá-la seria um retrocesso social e legal absurdo, uma inconstitucionalidade criminosa e uma grande falta de ética e senso de justiça de nossa parte, de modo que não é este o caso, não é isto que está em jogo no momento, como cita Duarte (2001). Mas, qual é, então, o caso, o objeto de nossa crítica?

O objeto de nossa crítica, caros leitores, refere-se precisamente a essas apropriações neoliberais e burguesas (DUARTE, 2001) do ideário inclusivista, factualmente mal intencionadas, e à sua disseminação alienante e dogmática no contexto escolar, que não possibilita ao educador (essa é a intenção!) condições honestas e objetivas para refletir sobre o assunto, impedindo-o de ver além das aparências e jogando-o, à revelia de sua vontade, em um abismo sem saída: precisa atender aos alunos com deficiência, mas não tem base epistemológica para desvendar as contradições internas desse ideário, nem condições teórico-práticas para conduzir suas aulas diante do novo panorama educacional. É, portanto, presa fácil de discursos falaciosos.

Nesses termos, haverá ainda esperança para a Educação Inclusiva? Será ela uma inimiga declarada de um formato revolucionário de escola que preze pela transmissão do saber sistemático e não-espontaneísta? Claro que sim, podemos afirmar em relação à primeira pergunta e, para a segunda, gostaríamos de assinalar um não bem rotundo. A proposta da Educação Inclusiva, mesmo sendo *a priori* uma concessão da classe hegemônica, cercada de finalidades pouco nobres, encerra, contraditoriamente, uma dimensão revolucionária, da qual devemos nos apropriar para lutar contra o poder maquiavélico instituído. Nessa direção, é mister que, de início, busquemos, por meio da crítica radical, superar a visão limitada e sedutora de superfície. “Com efeito — afirma Vigotski⁶, inspirado em Marx — se as coisas

fossem diretamente o que parecem, não seria necessária nenhuma pesquisa científica” (2004, p. 150). Em linguagem popular, podemos nos expressar dizendo que as *aparências enganam*. Logo, só por meio de uma análise científica rigorosa e constante, pautada em princípios dialéticos, temos a *possibilidade* de chegar a uma compreensão menos distorcida da nossa realidade, que mais se esconde do que se mostra.

De fato, para qualquer transformação desse cenário atual, é imprescindível termos em mente que “Em primeiro lugar, uma ruptura exige o conhecimento prévio da situação. É preciso que o professor se analise. Apenas esclarecimento pode pouco, quase nada, mas é passo inicial importante” (OLIVEIRA, 2007, p. 137-138). Passo inicial importantíssimo porque pode levar-nos, pesquisadores e educadores, a confrontar a Ideologia vigente, a desmascará-la e a traçar outros caminhos (não-alienados) para a Inclusão escolar, que em vez de continuar a reproduzir a exclusão das pessoas com deficiência no interior de uma suposta “escola para todos”, combata-a de forma voraz e garanta aos educandos, *sem exceção*, a chance de se apropriar dos conteúdos curriculares indispensáveis à sua humanização e à sua formação acadêmica. Esse mesmo esclarecimento de que nos fala Oliveira (2007) deve-nos, pois, colocar ainda diante de uma questão com sérios contornos axiológicos, isto é, *Que tipo de escola e de educação inclusiva queremos?* e também diante de uma questão de ordem epistemológica e filosófica, ou seja, *Que concepção de educação inclusiva pretendemos defender e a partir quais referenciais teóricos?* Respondendo a tais questionamentos, poderemos formular um novo projeto de inclusão escolar, desmitificado e comprometido com a transformação social e educacional.

Sob esse ângulo, o ideário da Educação Inclusiva deve levar-nos a romper a bolha do universo escolar e tornar-se, sobretudo, *pretexto* para uma interrogação corajosa acerca das estruturas sociais capitalistas como um todo. Não podemos nos conformar apenas com o lema apaziguador da inclusão das pessoas com deficiência na escola, porque não é possível falar em nenhuma forma de inclusão num sistema que, ontologicamente, alimenta-se da exclusão. Se defende a entrada dessas pessoas na escola regular, o mesmo sistema não lhe dá chances de uma aprendizagem e desenvolvimento intelectual verdadeiros e significativos, posto que a precariedade das escolas, dia a dia alimentada pela classe hegemônica, é um truísmo retumbante. Soa ridículo pensar em uma escola inclusiva numa sociedade excludente, dominada pelo Capital e seus interesses malévolos. O que fazer nessas circunstâncias? Combater esse modelo capitalista de sociedade, ao mesmo tempo em que buscamos novos referenciais para a Educação e a Pedagogia, com vistas a tornar a escola uma instituição realmente aberta *para todos os que dela precisarem, com ou sem deficiência*, sem falsos apelos humanistas. Isso demanda em estudos cada vez mais críticos e rigorosos de nossa parte, educadores e pesquisadores, não só para percebermos as tentativas de enganação, mas principalmente para oferecer a nossos alunos, sem distinção e sem rótulos, um ensino de qualidade. A síntese de nossas teses pode ser encontrada nas belas palavras de Leontiev, para quem:

O verdadeiro problema não está, portanto, na aptidão ou inaptidão das pessoas para se tornarem senhores da aquisição da cultura humana, fazer delas aquisições da sua personalidade e dar-lhes sua contribuição. O fundo do problema é que cada homem, cada povo tenha a possibilidade prática de tomar o caminho de um desenvolvimento que nada entrave. Tal é o fim para o qual deve tender agora a humanidade virada para o progresso. Este fim é acessível. Mas só o é em condições que permitam libertar o homem do fardo da necessidade material, de suprimir a divisão mutiladora entre trabalho intelectual e físico, criar um sistema de educação que lhes assegure um desenvolvimento multilateral e harmonioso que dê a cada um a possibilidade de participar enquanto criador em todas as manifestações de vida humana (LEONTIEV, 1978, p. 283-284, grifos nossos).

Todavia, arguirá com razão o leitor, onde encontraremos os referenciais epistemológicos e filosóficos, conforme fizemos menção acima, para, no dizer de Leontiev, criar tal sistema social e educacional? No aspecto social, já deve ter ficado claro que não há outro caminho senão o Marxismo, que pode dar-nos as melhores condições, ainda hoje, de uma análise totalizante e crítica da realidade em sua essência, e não apenas em sua ilusória manifestação fenomenológica. Já no que concerne ao aspecto pedagógico, nossos estudos nos levaram a conhecer o psicólogo soviético L. S. Vigotski, que esteve empenhado na construção de uma psicologia e pedagogia marxistas. Este autor, liberado das interpretações pós-modernas e escolanovistas de seu pensamento (DUARTE, 1996, 2001), tem excelentes contribuições para o momento histórico em que vivemos, especialmente no caso da inclusão de alunos com deficiências nas escolas regulares.

Vigotski, vivendo no contexto da Revolução Russa de 1917, não tinha em mente uma sociedade inclusivista como a nossa, marcada por reformas *paliativas*, mas sim a formulação de um projeto *comunista* de sociedade e educação, de maneira que TODOS estivessem participando desse projeto, num esforço coletivo. “A pedagogia comunista é a pedagogia da coletividade” (VYGOTSKI, 1997, p. 234, tradução nossa). Nessas circunstâncias, empenhou-se em estudar com seriedade a educação e o desenvolvimento de pessoas com deficiência, tentando articular a educação especial e a educação comum numa proposta de *educação social*, a partir de suas pesquisas no campo da *defectologia* (VYGOTSKI, 1997).

Sendo assim, acreditamos que as proposições vigotskianas, não deturpadas nem transformadas em verdades universais, haja vista que são historicamente datadas e situadas, podem se tornar o ponto de partida para construirmos pelo menos o alicerce de uma práxis pedagógica capaz de contemplar as reais necessidades dos alunos com deficiência, no cenário de uma escola em que a Inclusão de uma minoria não precise mais ser exigida, porque a ninguém dela se exclui por princípio e todos os meios possíveis são empregados para promover a aprendizagem dos alunos. Além disso, vemos nesse autor a possibilidade de superação do ecletismo teórico em torno do ideário inclusivista, ecletismo que só dificulta o trabalho dos professores e compromete qualquer tentativa bem-sucedida de Inclusão escolar.

A leitura de Vigotski, com destaque para o *Tomo V das Obras Escogidas*,

intitulado *Fundamentos de Defectología* —lamentavelmente ainda pouco conhecido pela intelectualidade brasileira — pode enfim levar-nos a planejar e a praticar uma proposta de Educação Inclusiva inovadora, competente tanto técnica e praticamente como teórica e politicamente (SAVIANI, 2003b). Isto porque, conforme pensamos, não basta apenas *depositar* os alunos com deficiência na escola comum. É preciso que tenhamos formação suficiente para ensiná-los, para aproximá-los do universo cultural humano mais complexo e para engajarmo-nos numa luta incansável por um mundo diferente do que aí está posto, no qual o reconhecimento dos direitos do Outro não obedeça aos ditames do Capital, mas seja um valor em si mesmo, inalienável desse Outro, que passa a ser, com ou sem deficiência, *um ser humano* imprescindível à coletividade. Por certo, isso não é tarefa fácil, mas, sem dúvida, também não é impossível, à medida que, por meio da profundidade analítica, superarmos a alienação promovida pelas classes dominantes e acreditarmos seguramente que “*A possibilidade não é a realidade, mas é também ela, uma realidade [...]*”, (GRAMSCI *apud* DUARTE, 1996, p. 06, grifos em itálico no original), a ser construída por meio de nossa atuação decidida em uma *práxis* revolucionária.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto, apresentamos uma crítica bastante vigorosa à proposta oficial da Educação Escolar Inclusiva. Esforçamo-nos para demonstrar que tal proposta, nas circunstâncias em que está sendo articulada, não passa de mais uma estratégia capitalista para escamotear os conflitos de classe e impedir que as contradições do sistema venham à tona com toda a força. Trata-se de uma dose de *humanismo* para disfarçar o avanço crescente do *neoliberalismo*. Nesse sentido, falar de Inclusão escolar tem servido para distrair a opinião pública de outras formas de exclusão que continuam existindo não só na sociedade como um todo, mas sobretudo no interior da escola regular, que está longe de garantir um ensino de qualidade para todos. Atordoada pelo ideário inclusivista, essa instituição não sabe que rumo tomar e fracassa cada vez mais na sua função de socialização do saber elaborado. Os educadores, por sua vez, dividem-se entre dois discursos aparentemente antagônicos, mas que, no fim das contas, legitimam de igual maneira a exclusão dos alunos com deficiência no contexto da pretensa “escola para todos”, reproduzindo a lógica do Capitalismo, como quer a burguesia.

Não é verdade, entretanto, que a Educação Inclusiva, em si mesma, seja a culpada por essa situação, *nem é legítimo negá-la*, como fazemos questão de ressaltar. O problema são as apropriações neoliberais e mal-intencionadas que a classe dominante tem feito desse ideário, transformando-o numa ideologia reacionária a serviço da manutenção da sociedade classista e excludente, sob o falso pretexto de reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, *inquestionáveis sob qualquer ponto de vista que se adote*.

Por isso, partindo da nossa experiência enquanto pesquisadores envolvidos diretamente com o problema, defendemos a tese de que os educadores, indo além das aparências, devem se questionar sobre a forma como vem ocorrendo a Inclusão escolar em nosso país, com vistas a se propor, em primeiro lugar, um *novo* modelo de sociedade, que leve, por sua vez, à existência de uma *nova* escola. Escola esta que, adotando um referencial teórico bem fundamentado e crítico, de linha marxista, reconhece os direitos de *todos* os alunos, conforme suas necessidades, sem recorrer a discursos apelativos, justamente porque seu interesse não é perpetuar a alienação ou a acumulação financeira de *alguns*, mas dar condições concretas para que, no seu interior, qualquer um aprenda e se desenvolva plenamente, de forma criativa, multilateral e harmoniosa. Este é, portanto, o fim último para o qual devem estar voltados todos os nossos esforços e estudos na atual conjuntura, de maneira que, sendo as ilusões e suas cadeias duramente combatidas, possa enfim desabrochar, na linguagem metafórica de Marx (s.d.), “a flor viva” de uma autêntica transformação social e, conseqüentemente, pedagógica.

4. REFERÊNCIA

BRASIL. **DECRETO Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**: Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm>. Acesso em: 13 jan. 2010.
DELORS, J. (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI**. 5. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC: UNESCO, 2001.

DUARTE, N. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski**. Campinas: Autores Associados, 1996.

—, **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.
LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

MARX, K. **Introdução à crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/criticafilosofiadireito/introducao.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2010.

OLIVEIRA, N. R. de. A Escola, Esse Mundo Estranho. In: PUCCI, B. (Org.) **Teoria crítica e educação**: a questão da formação cultural na escola de Frankfurt. 4. ed. Petrópolis: Vozes; São Carlos: Edufscar, 2007.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 36. ed. Campinas: Autores Associados, 2003a.

— **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003b.

VIGOTSKI, L. S. **Teoria e método em Psicologia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

— **Obras escogidas**. V: fundamentos de defectología. Madrid: Visor, 1997.

NOTAS

(Footnotes)

¹ Acadêmico do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Bolsista de Iniciação Científica pelo Programa PIBIC/UEMS/CNPq. E-mail: gio_bezerra@hotmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente adjunta da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba nos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação e Graduação em Pedagogia. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Práxis Educacional (GEPPE). Coordena a Linha de Pesquisa Educação Escolar Inclusiva. E-mail: doracina@uems.br.

³ Longe de nós negarmos os direitos constitucionais das pessoas com deficiência, inclusive o direito de frequentar uma escola regular, muito menos apregoar uma atitude segregacionista em relação a essas mesmas pessoas, como esclarecemos logo mais. Ocorre que, ao fazermos uma crítica radical, precisamos por tudo a descoberto para chegarmos à defesa do nosso real ponto de vista, como nova síntese.

⁴ Estamos nos referindo basicamente a um Kit ofertado às escolas de todo o Brasil pelo Ministério da Educação, com livretos explicativos sobre o atendimento educacional especializado às deficiências humanas (auditiva, visual, mental e física) e sobre os aspectos legais da proposta de Inclusão escolar.

⁵ Este ensaio é escrito principalmente a partir de nossas vivências e contatos com professores no atual contexto da escola inclusiva, ainda que prime pela objetividade analítica. Não podemos, assim, negar que existam outros discursos além destes, a ser revelado por outros pesquisadores, nem que inexistam experiências bem-sucedidas no que diz respeito à Inclusão escolar, mesmo sob a égide do capitalismo, fato que, inclusive, pode ser um indício de sua superação.

⁶ O nome desse autor aparece com diversas grafias. Neste ensaio, aparecerão duas delas: Vigotski e Vygotski. No caso de citações, manteremos a grafia original e, nos demais casos, optaremos por utilizar a primeira forma, usada também por Newton Duarte em seus trabalhos.

Recebido: 28/04/2010

Aprovado para publicação: 19/07/2010